



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO.

LAVÍNIA MESSIAS ALVES¹

LIVIA FIGUEIREDO PEQUENO²

RESUMO:

O presente trabalho pretende relatar a experiência de formação e qualificação de residentes para a atribuição de supervisão de estágio em Serviço Social. Buscamos entender como a participação no cenário de prática, que também é campo de estágio, contribui para capacitar residentes para serem supervisoras de estágio, entendendo o estágio como uma atividade fundamental para a formação profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Estágio supervisionado. Formação profissional. Supervisão de estágio. Residência em Serviço Social.

ABSTRACT:

The present work seeks to report the training and qualification experience of residents for the assignment of internship supervision in Social Work. We seek to understand how participation in the practice scenario, which is also an internship field, can contribute to training residents to be internship supervisors, understanding the internship as a fundamental activity for professional training.

Keywords: Social Work. Supervised internship. Professional qualification. Internship Supervision. Residency in Social Work.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de relatar a experiência de formação e qualificação de assistente sociais residentes para a atribuição privativa de supervisão de estágio em Serviço

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social realizada em cenário de prática específico de uma unidade de saúde docente assistencial, vinculada a uma Universidade Pública. Esta unidade é campo de estágio exclusivo para as estudantes³ de graduação em Serviço Social e um dos campos do Programa de Residência em Serviço Social da Universidade, nomeada área de integração docente assistencial (AIDA) em Saúde Coletiva. A instituição se caracteriza como unidade de atenção secundária à saúde, que realiza atendimentos a nível especializado, através de diferentes ambulatórios e cirurgias de pequeno e médio porte. O objetivo é fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e favorecer a integração ensino-pesquisa-extensão-assistência, enfatizando práticas de saúde que abarquem promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Já com relação ao Programa de Residência da área da Saúde Coletiva, no qual, ocorre a experiência em tela, temos como objetivo principal capacitar assistentes sociais para atuar na área da saúde, desenvolvendo competências por meio da formação em serviço, com ênfase na saúde coletiva e sua relação com as demais políticas sociais vigentes, articulando as dimensões profissionais às respostas do assistente social na perspectiva da concepção ampliada de saúde e de acordo com os princípios e diretrizes do SUS. Tal programa compreende que a experiência formativa ofertada para as residentes é de extrema relevância para a unidade, considerando ser a residência um espaço *sui generis* de formação continuada para futuras assistentes sociais, ao articular-se com o projeto ético-político da profissão de Serviço Social, pensando nos desafios e demandas sociais impostas pelas expressões da questão social e suas particularidades. Contudo, é importante considerar que a constituição do mercado de trabalho se tece a partir das transformações sociais, sendo, portanto, um produto social por excelência. As profissões sofrem modificações no curso dos processos sociais, que lhes impõem novas exigências e demandas, redesenhando suas funções, atribuições e redefinindo seu mercado de trabalho e formação profissional. As mudanças na vida social, em suas várias dimensões – econômica, política, cultural e ideológica – têm um impacto na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, nas profissões de modo geral, quanto às demandas, processos e condições de trabalho (Almeida e Alencar, 2012).

Dessa forma, o Serviço Social não passa ao largo deste processo. Muito pelo contrário, a profissão e seu significado estão imbricados no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Como ressalta Iamamoto (2006), a profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade

³ Neste artigo, ao nos referirmos as supervisoras, residentes e estagiárias, utilizaremos o gênero feminino, uma vez que, todas as sujeitas se identificam com tal gênero.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão, ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macrosociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.

Sendo assim, o trabalho das assistentes sociais não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam. De fato, a inserção do Serviço Social nos diversos processos de trabalho, encontra-se profunda e particularmente enraizado na forma como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social e a partir desse processo como organizam seus objetivos institucionais que se voltam a intervenção sobre essas necessidades (ABEPSS, 1996).

No que tange à residência, todos estes aspectos perpassam também o processo formativo das residentes, uma vez que, considerando o acirramento do desmonte das políticas públicas e a precarização das relações de trabalho na saúde, o residente é entendido como mão de obra substituta a contratação de trabalhadores e de concursos públicos, tendo em vista que a residência não gera vínculo empregatício, podendo então causar a desqualificação do processo formativo de profissionais do SUS, além de terem condições precárias de trabalho com uma carga horária extensa, sem a garantia de diversos direitos trabalhistas. A Residência em Saúde possui carga horária de 60 horas semanais determinada por lei, duração mínima de dois anos e os Programas que a materializam, são organizados a partir de atividades teóricas, práticas e teórico-práticas, como preconizado pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). No Art. 2º da CNRMS, os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde devem ser desenvolvidos com 80% da carga horária total sob a forma de atividades práticas e com 20% sob forma de atividades teóricas ou teórico-práticas.

Apesar de as profissionais residentes não serem consideradas trabalhadoras das instituições onde realizam suas atividades práticas e do destaque dispensado ao processo pedagógico nas normativas que tratam das Residências em Saúde, é reconhecido que, por diversos fatores – dentre os quais destacamos o projeto de precarização das políticas e serviços públicos em curso –, muitas vezes profissionais residentes se encontram em cenários de prática onde a assistência direta aos usuários recebe uma atenção muito maior do que outras atividades que também são de extrema importância, como por exemplo, os momentos de supervisão com as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

preceptoras. Contudo, na contramão dos desmontes que a educação e outras políticas sociais vêm sofrendo nos últimos anos no Brasil, o Serviço Social é uma profissão que expressa e defende um processo de educação permanente para os profissionais. No caso do nosso Programa, buscamos sempre valorizar e fomentar os espaços de supervisão, as atividades teórico-práticas que vão subsidiar uma formação mais qualificada para as residentes, com ações pautadas em uma concepção de saúde ampliada e em uma formação emancipatória que tenha a visão de educar para a criticidade e reflexão, numa perspectiva de totalidade, identificando respostas profissionais que contribuam na construção de processos emancipatórios na direção de possibilidades reais de superação da ordem social vigente, como preconiza as diretrizes e princípios do nosso projeto profissional.

Como apontado nos Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde (2013), cabe ao Serviço Social elaborar estratégias que busquem reforçar e fomentar experiências nestes serviços que efetivem o direito social à saúde, cada vez mais suprimido no cenário atual, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como diretriz o Projeto Ético-Político Profissional tem de, necessariamente, estar articulado com o Projeto de Reforma Sanitária, sem perder de vista a articulação com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desta perspectiva, e entendendo a residente como um sujeito que, mesmo sendo uma profissional graduada, está em formação, e que, portanto, precisa de supervisão é que desenvolvemos a capacitação para a função de supervisionar estagiárias no processo formativo da residência em um dos cenários de prática específico do programa, o ambulatório de Cardiologia.

Cabe ressaltar que não pretendemos apontar aqui que residentes deveriam supervisionar estagiárias, pois, se assim fosse, não estaríamos ampliando nem mesmo qualificando o processo formativo. Mas, por que não, garantir também conteúdos acerca do exercício da supervisão de estágio, compreendida como atribuição privativa, e conseqüentemente, ampliar os campos de estágio para Serviço Social, uma vez que, após a residência, estas profissionais vão se inserir em outras instituições e espaços profissionais? É necessário levar esta discussão para além da graduação, tendo em vista que um dos grandes desafios atualmente para as unidades de formação acadêmica (UFAs) é a oferta de vagas de estágio que abarque as demandas dos discentes e que sejam espaços de formação qualificados e em consonância com as diretrizes curriculares e demais legislações e/ou resoluções que definem os rumos para o estágio supervisionado em Serviço Social.

CAPACITAÇÃO DE RESIDENTES PARA A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: a experiência do ambulatório de Cardiologia

O trabalho da assistente social na nossa unidade de saúde se estrutura por meio de ações profissionais em diversos ambulatórios e plantão de Serviço Social. Em todas essas frentes de trabalho, são desenvolvidas atividades de estágio supervisionado com alunas da graduação, com supervisão direta de assistentes sociais na supervisão de campo e na acadêmica. As supervisoras de campo também exercem a função de preceptoria de residência, com residentes de Serviço Social atuando conjuntamente em todas estas frentes de trabalho.

O estágio supervisionado é considerado atividade curricular obrigatória de acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996), uma atividade pedagógica essencial na formação do assistente social, que, juntamente com outros componentes curriculares, constitui o ensino teórico-prático do profissional do Serviço Social.

Logo, como afirma a Política Nacional de Estágio (2009), o estágio supervisionado expressa-se na atividade teórico-prática, realizada por meio da inserção da aluna nos espaços sócio-ocupacionais nos quais trabalham as assistentes sociais, capacitando-a para o exercício profissional na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão. Isto significa dizer que o estágio traz a oportunidade da aluna estabelecer as mediações necessárias entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional, assim como o reconhecimento do nosso compromisso ético-político com as classes trabalhadoras em nossas ações profissionais.

O estágio supervisionado nos remete, necessariamente, a três elementos fundamentais: projeto de formação profissional, processo de supervisão (acadêmica e de campo) e o trabalho profissional. Portanto, levando em consideração que a nossa unidade de saúde é um espaço universitário e que, têm e/ou assume um compromisso mais estreito com a formação profissional, a pesquisa e com a produção de conhecimento, já que recebemos alunas e residentes de Serviço Social entendemos que incentivar ações de capacitação/qualificação que articulem estas duas dimensões - estágio e residência - é fundamental no fomento à consolidação do projeto de formação profissional da ABEPSS e a constituição de um perfil profissional crítico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No que diz respeito à Residência, do ponto de vista histórico, no Brasil, a primeira residência médica surgiu em 1944 na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em seguida, no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro em 1948, e apenas nas décadas de 1960 e 1970 aconteceu uma expansão dos programas de residência, e por meio do decreto n. 80.281, a residência foi regulamentada como ensino de pós-graduação com características de especialização, realizada a partir de treinamento em serviço e não mais como treinamento. No caso do Serviço Social, a primeira residência surge em meados de 1970 na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, reconhecida como a primeira residência multiprofissional no Brasil, conforme Silva e Castro (2020) sinalizam, em que Serviço Social, Enfermagem, Medicina e Medicina Veterinária foram os cursos que contemplavam esse programa. No entanto, apenas em 2005 a Residência em área profissional da saúde foi instituída pela lei 11.129, criando a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRS) que institui as diretrizes gerais para criação e operacionalização dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde, em âmbito nacional. De acordo com a referida lei, os programas devem ser orientados pelos princípios e diretrizes do SUS, constituindo-se como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, destinado a profissionais de saúde, exceto médicos, sob a forma de recurso de especialização, caracterizando-se por ensino em serviço, com carga horária semanal de 60h, duração mínima de 2 anos e dedicação exclusiva. Dessa forma, sendo a Residência em Saúde uma modalidade de formação em nível de pós-graduação na modalidade lato sensu, ela pode ser considerada um tipo de formação que se desenvolve “pelo e “no” trabalho em saúde (Silva, 2018).

Como sabemos, a supervisão de estágio é atribuição privativa de assistentes sociais, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscritos no CRESS de sua área de ação, sendo denominadas supervisoras de campo as assistentes sociais da instituição campo de estágio e supervisoras acadêmicas as assistentes sociais docentes da instituição de ensino (CFESS, 2008). No entanto, é necessário ressaltar que, embora as assistentes sociais residentes participem do processo de supervisão com as supervisoras e estagiárias, de forma coletiva e construtiva, de acordo com a Resolução CFESS nº 533/2008, essas não podem exercer a supervisão direta, pois, de acordo com o Art. 5º:

A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sendo assim, como as assistentes sociais residentes não são profissionais do quadro efetivo da unidade de saúde, a atividade de supervisão direta de estágio não se constitui como uma das suas atribuições, uma vez que ainda se encontram em processo formativo. Além das questões apontadas acima, ainda temos outras situações objetivas já mencionadas, como a carga horária de 60h e as demais atribuições das residentes previstas não só pelo programa de residência, mas também pela regulamentação nacional, o que *inviabiliza* abarcar mais esta atribuição. A supervisão de estágio em Serviço Social nas residências em saúde é pouco tematizada, em função da orientação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) acerca da supervisão de estágio não ser uma atribuição das residentes. No entanto, observa-se que, na realidade que trazemos aqui como experiência, os cenários de prática de residência também se constituem em campos de estágio, exigindo, nesses espaços, maior articulação entre os segmentos que materializam tanto a residência - preceptoras, tutoras e residentes - como o estágio - supervisoras de campo, supervisoras acadêmicas e estagiárias - tanto por compartilharem a mesma supervisora de campo / preceptora, como também por participarem das mesmas supervisões coletivas e cotidiano profissional.

A residente é uma profissional habilitada para o desenvolvimento de todas as competências e atribuições privativas previstas na Lei nº 8.662/1993, o que significa que, em outro momento e espaço profissional, possa ou tenha que exercer a supervisão de estágio. Dessa forma, acredita-se que as reflexões construídas no âmbito das supervisões coletivas e ampliadas promovidas pela AIDA Saúde Coletiva, ao articularem as experiências da residência e do estágio, contribuem para qualificação de ambos os sujeitos envolvidos nesse processo, sobretudo para as residentes, por acompanharem cotidianamente o exercício da supervisão, mesmo não sendo tal responsabilidade atribuída a elas.

Nos espaços de formação graduada e pós-graduada a discussão sobre capacitação para o exercício da supervisão de estágio não é muito fomentado, e se aprende, normalmente, no próprio fazer. Na supervisão, podemos incorrer em equívocos também pela inexperiência, sendo assim, trazer a discussão sobre os desafios do processo de supervisão na residência e articular esta discussão com a possibilidade de aprender como supervisionar de forma coletiva junto à preceptoria no cotidiano do trabalho profissional, pode acarretar a qualificação do processo de formação das residentes, e em consequência, qualificar a formação das estudantes e futuras profissionais de Serviço Social. Assim, vale refletir como é possível aproximar as residentes desse processo sem que essas exerçam a atividade de supervisão diretamente, a fim de prepará-las e

incentivá-las a assumir a supervisão direta de estagiárias quando estiverem em outro vínculo de trabalho, pois, apesar de ser uma atribuição privativa, não é obrigatória, por isso, refletir sobre a importância do exercício da supervisão é fundamental para ampliar e qualificar os campos de estágio.

Ortiz (2016), quando aborda a supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social, salienta que esta é uma discussão extremamente necessária, considerando o aprofundamento da precarização do trabalho e da formação profissional atualmente, e os impactos desse processo sobre o projeto de formação profissional e, também, na realização do estágio e supervisão direta de alunos. Dessa maneira, o estágio, além de aproximar os alunos do caráter interventivo da profissão, também desnuda suas dificuldades de realização, dilemas e contradições cotidianas. Assim, mesmo que o Serviço Social esteja regulamentado como uma “profissão liberal” e, por isso, possui os estatutos legais e éticos que o dão autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na realização do trabalho profissional, este é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, aspecto que determina fundamentalmente a autonomia do profissional, uma vez que os empregadores estabelecem funções, atribuições e requisições, além de normas contratuais que vão condicionar o conteúdo do trabalho e também estabelecer limites e possibilidades à realização dos objetivos profissionais (Iamamoto, 2009).

Neste sentido, ainda que do ponto de vista individual e coletivamente, as assistentes sociais se subordinem às normas institucionais, também se organizam e se mobilizam enquanto trabalhadoras no mercado de trabalho a partir do reconhecimento legal dos seus estatutos normativos e de regulação, e do seu projeto ético-político que dá a direção social ao trabalho profissional, projeto esse que vem sendo formulado coletivamente pelo Serviço Social brasileiro nas últimas quatro décadas. Sendo assim, o trabalho do assistente social, que é desenvolvido seja no âmbito de instituições públicas quanto privadas é tema de intensos e acalorados debates, tendo em vistas as transformações societárias que afetam contemporaneamente o mundo do trabalho, exigindo profundas redefinições no Estado e, portanto, nas políticas sociais, e deste modo, impactando o trabalho das assistentes sociais (Raichelis, 2010). Esses impactos incidem também e profundamente não apenas nas condições de trabalho como também no processo formativo de estagiárias e residentes, uma vez que a formação profissional é entendida aqui como um processo dialético que incorpora as contradições decorrentes da realidade das instituições sociais, onde se materializa as ações profissionais, acompanhando o movimento da sociedade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Destacando a formação defendida pelo Serviço Social Brasileiro como uma formação crítica e propositiva para lidar com as transformações societárias e os desafios advindos desse processo, a partir da reestruturação produtiva, e portanto, da precarização das relações trabalhistas, em especial com os processos contrareformistas do trabalho no período do governo Temer e intensificado no último governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, como apontado por Behring, Cislighi e Souza (2020), é importante refletir sobre o cuidado para não transformar a residência em um vínculo frágil e precarizado de trabalho, ao mesmo tempo em que entende-se a necessidade de aprofundar e ampliar esse processo formativo.

A nossa unidade de saúde, além de se constituir como um espaço sócio-ocupacional, também se configura espaço para a formação profissional, por meio do estágio, oportunizando a aluna/estagiária a vivência do cotidiano profissional na área da saúde e por meio da residência, possibilitando a formação permanente de assistentes sociais em pós-graduação *lato sensu* na área da saúde. Para o desenvolvimento do Programa de Residência em Serviço Social e Saúde Coletiva, as residentes estão presentes em todas as ações/atividades e projetos desenvolvidos pelas assistentes sociais nos diferentes ambulatórios e plantão social. Tais espaços profissionais constituem os cenários de prática do Programa da Saúde Coletiva.

Cada cenário de prática possui um plano de atividades, ações e respectivos objetivos para as residentes, de acordo com a realidade e demandas dos referidos cenários. Estes planos de residência são de extrema importância no planejamento das atividades da residente, sendo também um instrumento de apoio durante todo o período em que a profissional/residente estiver no programa. O plano de residência é desenvolvido a partir de uma prática reflexiva, articulando o tripé ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de totalidade, capacitando a residente de maneira qualitativa para intervir profissionalmente, sob as expressões da questão social, particularmente na área da saúde e, de acordo, com o Projeto Ético Político da profissão e fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora.

O plano de residência do ambulatório de Cardiologia, para além de manter o objetivo geral do programa de capacitar assistentes sociais para atuar na área da saúde, desenvolvendo competências por meio da formação em serviço, como já mencionado, possui objetivos específicos relacionados ao atendimento direto aos usuários, às ações interdisciplinares, ao desenvolvimento de ações educativas em saúde aos usuários cardiopatas nas abordagens individuais e grupais, às ações de participação e incentivo à participação popular no SUS, e também pretende capacitar a residente para a atividade de supervisão de estágio, através do

acompanhamento de ações de supervisão de alunas de graduação inseridas no ambulatório pela preceptoria/supervisão de campo, objetivo no qual a experiência está fundamentada.

Acreditamos que a supervisão, tanto com alunas como com residentes, é um espaço de reflexão sobre a conjuntura, sobre o contexto socioinstitucional e de aprendizado das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Como explicita Caputi (2021) a supervisão é um espaço de troca de conhecimento entre a supervisora e aluna. Esta relação de ensino-aprendizagem deve ser um processo contínuo de construção de conhecimento, articulado à direção ética e política da profissão, fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social [crítico] brasileiro. Assim, a supervisão embasada nesta direção profissional se constitui a partir de uma perspectiva de totalidade como parte do projeto de formação profissional.

O conhecimento sobre as expressões da chamada “questão social” que atravessam o espaço sócio-ocupacional permite iluminar a descoberta de estratégias de intervenção profissional e novas propostas e frentes de trabalho. Nesse sentido, uma das atividades da residente que está lotada no ambulatório de Cardiologia é participar das supervisões de residência e acompanhar as ações de supervisão de alunas de graduação inseridas no ambulatório. Esta participação tem início na apresentação do plano de residência e dos espaços de supervisão que a residente terá com a preceptora para pensar e refletir sobre o processo formativo da residência no ambulatório. Com relação à supervisão da residência, o primeiro espaço é a supervisão diária que acontece no final de cada dia, após o desenvolvimento das atividades. Neste momento, a residente pode expor suas dúvidas e questionamentos acerca dos atendimentos realizados e/ou observados, encaminhamentos/orientações e a condução das atividades de grupo realizadas naquele dia.

O segundo espaço é a supervisão mensal onde são discutidos textos, situações de usuários em acompanhamento social, apresentação de vídeos/documentários, entre outros, que abordem as temáticas referentes à área da Saúde Coletiva, Serviço Social e demais temáticas que aparecem no cotidiano profissional do ambulatório de Cardiologia. O objetivo deste espaço é fomentar a unidade teoria/prática, possibilitando a articulação dos textos às situações vivenciadas nas atividades e ações desenvolvidas na residência.

Com relação às ações de supervisão de estágio junto às alunas, a participação da residente se dá no planejamento das ações de supervisão das alunas; na orientação de algumas atividades desenvolvidas pelas estagiárias no ambulatório, ambos com a supervisão da preceptoria; nos espaços de supervisão de estágio existentes no ambulatório e junto à equipe de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Serviço Social da unidade de saúde e nas reuniões de planejamento e avaliação do processo de estágio supervisionado na unidade.

O planejamento do estágio supervisionado ocorre de forma articulada com toda a equipe de assistentes sociais da unidade de saúde, pois há ações conjuntas de estágio com todas as alunas e supervisoras, e o planejamento que diz respeito apenas as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no ambulatório de Cardiologia. O planejamento geral se estabelece a partir de três espaços. O primeiro é a reunião semestral de planejamento com todas as supervisoras (de campo e acadêmicas), alunas e residentes. Esta reunião tem a finalidade de pensar as ações e objetivos para o semestre em cada período de estágio, a partir da avaliação do período anterior, e criar possibilidades de ações e manutenção de outras para garantir uma formação profissional crítica e de qualidade. Todas as residentes frequentam este espaço e podem trazer sugestões, a partir das vivências profissionais em seus cenários de prática. O outro espaço de planejamento e avaliação são as reuniões com as supervisoras de campo de periodicidade trimestral. Nestas reuniões, ocorre a troca entre as supervisoras e residentes, avaliação das ações planejadas, discussão sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano do estágio e elaboração de propostas coletivas para solucionar as questões apresentadas e discussão de novas propostas para as ações de estágio que possam surgir ao longo do período. O último espaço é a reunião de avaliação, nos mesmos moldes da anterior, mas com a participação das alunas.

No que diz respeito ao planejamento das ações de supervisão de estágio no ambulatório da Cardiologia, a participação da residente se dá seguinte forma: inicialmente todas as intervenções e participações da residente junto as ações de supervisão são planejadas e estabelecidas junto à preceptoria nas supervisões de residência, que, como já dissemos, ocorrem mensalmente. Definimos quais serão as atividades desenvolvidas pelas estagiárias e em quais delas a residente pode auxiliar na supervisão. Neste momento, também são pensadas as supervisões com as estagiárias, em que o residente faz uma avaliação junto com a preceptora das principais demandas da população usuária, das principais dúvidas e/ou dificuldades apresentadas pelas alunas durante aquele mês e outras questões que a preceptoria e/ou a residente tenham percebido naquele período, relacionadas à equipe, à articulação com a rede, à necessidade ou não de mapear novos recursos institucionais, entre outras; para escolher qual temática será trabalhada e quais estratégias ou recursos serão utilizados na supervisão. Esta supervisão é considerada uma supervisão coletiva, pois participam a supervisora/preceptora, a residente e as estagiárias, com periodicidade mensal e duração média de 2 a 3 horas. Neste espaço é realizada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a supervisão das atividades realizadas pelas estagiárias, onde são avaliadas todas as atividades, dúvidas sobre a condução nos atendimentos e encaminhamentos realizados etc. Além disso, são discutidos textos que abordem as temáticas referentes à área da Saúde Coletiva, da Cardiologia e demais temáticas que aparecem no cotidiano profissional, fazendo a relação com as atividades realizadas naquele mês.

Vale ressaltar que, todas as temáticas abordadas em supervisão dialogam de forma transversal com o debate das relações étnico-raciais, discussão bastante relevante, que atravessa as relações da nossa sociedade e que faz parte da realidade da maioria da população usuária que atendemos no SUS e no nosso ambulatório, na medida em que a maioria dos usuários acompanhados pelo Serviço Social são negros, de acordo com análise desenvolvida sobre o perfil dos usuários, 75% dos atendidos pelo Serviço Social são pretos e pardos, e considerados de baixa renda⁴ 81%. Esta preocupação reflete o modelo de formação defendida pela categoria profissional, modelo esse que nós acreditamos e buscamos construir, fomentando uma formação crítica, reflexiva e antirracista.

Além das atividades de supervisão mencionadas, temos um encontro de supervisão ampliada que ocorre trimestralmente com todas as estagiárias, residentes, supervisoras de campo e as supervisoras acadêmicas para discussões teóricas sobre as temáticas que estejam surgindo no cotidiano profissional como forma de subsidiar o trabalho das assistentes sociais e, conseqüentemente, o processo de estágio supervisionado e, também, a realização de troca de experiências com apresentação de atividades realizadas pelas estagiárias e residentes, tais como: estudos de caso, apresentação dos projetos de intervenção, de extensão e seus resultados, apresentação de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e TCR (Trabalho de Conclusão de Residência), entre outros. Neste espaço, que são planejados anteriormente, a responsabilidade pela condução das discussões fica a cargo de um dos atores em processo formativo, ou seja, em algumas supervisões, as residentes apresentam algo enquanto as estagiárias contribuem, em outras, são as estagiárias que conduzem enquanto as residentes auxiliam e contribuem com a atividade.

Segundo Paula (2019), o planejamento de estágio refere-se ao ato de planejar todas as atividades que serão desenvolvidas pelas alunas e estas devem contribuir de forma substancial para a formação acadêmica das discentes, tendo como base as diretrizes curriculares e princípios

⁴ Pela regulamentação do Cadastro Único (Decreto n. 6.135/2007), entende-se como de baixa renda as famílias com renda familiar mensal per capita até meio salário-mínimo ou a família que possua renda mensal total de todos os integrantes de até três salários-mínimos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estabelecidos na Política Nacional de Estágio (PNE). Desta forma, nesta experiência de capacitação de residentes para a atribuição de supervisionar estagiárias é fundamental que estes vivenciem como se constrói e se dá o planejamento das ações de estágio, compreendendo a importância da indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, algo que nossa unidade de saúde vem buscando consolidar a partir das reuniões com as supervisoras de campo e acadêmicas ao longo do semestre, espaços de supervisão no campo, além do Seminário de Estágio Supervisionado ao final de cada período, atividade que veremos mais adiante. Também, nesse processo de capacitação, é primordial que a residente entenda que ao exercer a função de supervisora, a aluna deve terminar o período de estágio apropriada das prerrogativas profissionais e das competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, por meio da vivência da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, a percepção e a importância da unidade teoria/prática no processo de ensino-aprendizagem, aspecto que reforçamos constantemente nas supervisões. É fundamental que possamos no processo formativo construir espaços para suspensão do cotidiano e reflexão sobre o trabalho profissional. Portanto, no espaço das supervisões, as residentes têm a oportunidade de vivenciar como se dá o processo de ensino aprendizagem junto as estudantes/estagiárias, realizado pelas supervisoras/preceptoras. Com relação as ações de supervisão de estágio no ambulatório de Cardiologia, além das atividades já mencionadas, a residente também orienta algumas atividades desenvolvidas pelas estagiárias no ambulatório. Uma das atividades é o acompanhamento das alunas no processo de atendimento e acompanhamento social realizado, momento em que as alunas também exercitam a entrevista social. De acordo com Guerra (2009), a entrevista

integra a dimensão investigativa da profissão e é instrumento largamente utilizado, constituindo-se em recurso indispensável para que se estabeleça um vínculo entre a (o) profissional com uma ou mais pessoas. Ao realizá-las a(o) assistente social obtém informações diretamente da realidade e, em grande medida, a sua preparação depende de 'conhecimentos indiretos sobre vários temas' habilitando-as(os) para a intervenção (p. 713).

O atendimento social dos usuários é realizado por demanda espontânea ou por encaminhamentos da equipe de profissionais do ambulatório de Cardiologia e do plantão social do Departamento de Serviço Social. Este atendimento visa analisar as condições de vida da população a fim de identificar e atuar nos determinantes sociais do processo saúde-doença e orientar sobre como ter informações, acessar direitos e serviços para atender às suas necessidades sociais. O acompanhamento realizado por parte da residente acontece de duas formas. Normalmente, a estagiária acompanha os atendimentos sociais realizados pela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

supervisora de campo e/ou a depender do período de estágio, atende e discute o atendimento com a supervisora para fechar os encaminhamentos necessários. Dentro destes moldes, a supervisora agenda alguns atendimentos para que a residente atenda e depois discuta com a estagiária e a supervisora as impressões e os possíveis encaminhamentos naquelas situações ou a aluna atende com a residente observando e após o atendimento, discutem com a supervisora/preceptora, esclarecendo as dúvidas da estagiária ou da própria residente, caso haja. Este é um movimento superimportante para que a residente possa treinar a habilidade de supervisionar e saber como orientar um sujeito em formação.

Ainda no escopo da orientação acerca dos atendimentos e acompanhamentos sociais, a residente participa ativamente de uma atividade de estágio que prepara e ambienta a aluna para o atendimento, que é a *simulação de entrevista social*. Após discussão aprofundada da residente e alunas com a supervisora/preceptora sobre o instrumento da ficha social, ressaltando a reflexão sobre o que fazer, por que fazer, para que fazer, cujas respostas dão direção à intencionalidade da nossa ação e vão orientar o como fazer, marcamos uma simulação de entrevista, onde a residente estará no papel do usuário e a estagiária no papel de assistente social. Importante destacar que antes desta data a supervisora/preceptora realiza uma conversa com a residente em supervisão para pensar coletivamente nas demandas a serem trazidas nesta simulação, posturas a serem pontuadas, condições de vida e trabalho, entre outros aspectos para que a aluna possa experimentar como se dá um atendimento de fato. No dia da simulação, a aluna realiza a entrevista social sem nenhuma interferência da supervisora que estará, num primeiro momento, apenas observando e anotando suas considerações. Ao término da simulação, a supervisora apresenta suas considerações, tirando as dúvidas e dando orientações de como melhor conduzir o atendimento social. A residente também pode tecer suas observações, auxiliando a supervisora. Esta atividade é muito importante para incentivar a reflexão sobre o nosso trabalho profissional, estimulando sempre a vivência da dimensão técnico-operativa fundamentada nas dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão, além de trazer subsídios a residente em formação para aprender como supervisionar estagiárias no cotidiano dos atendimentos sociais, quando estiver exercendo esta função.

Outra atividade que a residente orienta as estagiárias se relaciona as ações educativas em saúde em grupos realizadas no ambulatório. Estas ações são de dois tipos: atividade de grupo fechado com os usuários cardiopatas do ambulatório e atividades de sala de espera, ambas voltadas para a promoção da saúde e o fortalecimento e ampliação do exercício da cidadania. As



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

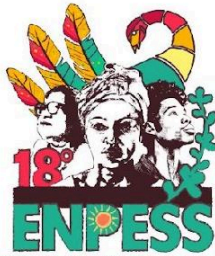
estagiárias e residente participam do planejamento dessas atividades junto a supervisora e a partir das avaliações dos usuários, é decidido a temática que será abordada no próximo mês, e com isso, a residente auxilia e orienta as estagiárias na elaboração dos materiais educativos, como folders contendo as informações mais importantes do tema abordado para que os usuários levem para casa; elaboração de material para o mural expositivo no ambulatório da cardiologia, também contendo o conteúdo do debate do mês, vídeos, cartilhas, e etc.

A residente também orienta as estagiárias sob supervisão da preceptoria com relação à pesquisa sobre o perfil dos usuários atendidos em uma das especialidades cardiológicas do ambulatório. A coleta de dados já foi realizada e agora estamos na fase de análise. O objetivo é entender o perfil da população atendida e identificar possíveis demandas implícitas, que possam construir novas frentes de trabalho junto à população usuária.

E por último, de forma semestral, ao final de cada período, é realizado o seminário de estágio supervisionado, ação de culminância e avaliação conjunta de supervisão entre todas as supervisoras de campo e acadêmicas realizada para as estagiárias apresentarem as atividades que desenvolveram ao longo daquele período/semestre, e no caso de estagiárias em estágio IV, seus projetos de intervenção. Nessa atividade, a residente também participa do processo de orientação e preparação das estagiárias junto à preceptora para apresentação no seminário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho pretendeu, a partir da concepção da residência como um espaço privilegiado de trabalho e de formação profissional apoiada na direção dos projetos da Reforma Sanitária e do projeto ético político profissional, trazer reflexões acerca da relação entre estágio supervisionado e residência e como esse processo, a partir das atividades de supervisão desenvolvidas junto à preceptoria, pode contribuir para a formação de profissionais capacitadas a serem supervisoras de estágio. Ao capacitar residentes para a supervisão de estágio, podemos ampliar e qualificar os campos de estágio, tendo em vista que essas residentes que hoje estão em processo de formação, poderão exercer a função de supervisora de estágio após a conclusão de residência. Sendo assim, ao considerarmos que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social propostas pela ABEPSS, em 1996, já apontavam o estágio supervisionado como parte fundamental da formação profissional, pensar em qualificar essas profissionais para tal atribuição é também assumir um compromisso ético com a qualidade da formação das estudantes e futuras assistentes sociais, bem como, qualificar o atendimento prestado à população usuária.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social*. Edição comemorativa trilingue. 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. Brasília (DF): CFESS, 2021 [1996], p. 17-48. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 1, n. 17, p. 162-202, jan/jul, 2009.

ALMEIDA, N.L.T. de. e ALENCAR, M.M.T. de. *Serviço Social: trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BEHRING, E. R.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRASIL. Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social. In: *Assistente Social: ética e direitos* Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 2008. v. 1.

CAPUTI, L. *Supervisão de estágio em Serviço Social*. Campinas: Papel Social, 2021.

CFESS. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. CFESS, Brasília, 2013.

_____. *Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008*. CFESS, Brasília, 2008.

CNRMS. *Resolução nº 3, de 4 de maio de 2010*. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos programas de Residência Multiprofissional em Saúde e de Residência em Área Profissional da Saúde e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde residentes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15449-resol-cnrms-n3-04maio-2010&Itemid=30192>. Acesso em: 02 abr. 2023.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília (DF): CFESS, ABEPSS, 2009. p. 701-717.

IAMAMOTO, M.V. As dimensões Ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social Contemporâneo. In: *Serviço social e Saúde. Formação e trabalho profissional*. São Paulo: Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009, p.15-50.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

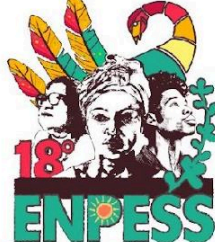
ORTIZ, F. G. A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. In: *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p.193-214. (Coletânea nova de Serviço Social).

PAULA, L. G. P. de. Planejamento do estágio. In: MESQUITA, A.P. de; GUERRA, Y.; GONÇALVES, A. de M. (orgs). In: *Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza: Editora Socialis, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n 104, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400010>. Acesso em 07 mai.2024.

SILVA, L. B. da, CASTRO, M. M. de C. *Serviço Social e Residência em Saúde: trabalho e formação*. Brasil, Papel Social, 2020.

SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis. v.21. n 1, p. 200-209, 2018.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**